

I – ARTIGOS DOCTRINÁRIOS

DIREITO DE AUTOR

Direito Pessoal (dito
“Moral”) de Autor nos
ordenamentos jurídicos
português e espanhol

— *Alberto de Sá e Mello*

A cópia para uso privado e
a compensação equitativa
da diretiva 2001/29/CE
à lei nº 49/2015, de 5 de
junho

— *David Coimbra de Paula*

DIREITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

El “Derecho al olvido”: de
la STJCE de 13 de mayo
de 2014 al Reglamento
general de protección de
datos (Reglamento UE
2016/679 del Parlamento
europeo y del Consejo de
27 de abril de 2016)

— *Felisa Maria Corvo López*

Bases de dados de
bioinformática: A (im)
possível protecção pelo
Direito de Autor e pelo
Direito ‘Sui Generis’ do
fabricante

— *Pedro Rebelo Tavares*

II – LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA COMENTADAS

Acórdão do Supremo
Tribunal de Justiça, de 14
de dezembro de 2016

Bis in idem: em torno da
competência dos tribunais
arbitrais necessários para
apreciar a questão da
invalidade da patente
com efeitos inter partes –
Anotação ao acórdão do
STJ, de 14 de Dezembro
de 2016 (Proc. nº 1248/
/14.6YRLSB.SI)

— *João Paulo Remédio
Marques*

A questão da competência
do tribunal arbitral
necessário para apreciar a
invalidade da patente
com eficácia *inter partes*.
Anotação ao acórdão do
Supremo Tribunal de
Justiça de 14 de Dezembro
de 2016

— *Luís Couto Gonçalves*



Associação Portuguesa de Direito Intelectual

REVISTA DE DIREITO INTELECTUAL

Nº 01 — 2017

Liberdade de Panorama:
Um atentado “sem limites”
ao Direito de Autor em
Portugal

— *Murillo Costa Sanchez*

Algumas questões
(controversas) e outras
tantas sugestões a
propósito do regime
nacional dos direitos
conexos

— *Nuno Sousa e Silva*

PROPRIEDADE

INDUSTRIAL

O novo regime jurídico da
marca da União Europeia

— *Maria Miguel Carvalho*



ALMEDINA

ÍNDICE

I – ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

DIREITO DE AUTOR

- Direito Pessoal (dito “Moral”) de Autor nos ordenamentos jurídicos português e espanhol 7
ALBERTO DE SÁ E MELLO
- A cópia para uso privado e a compensação equitativa da diretiva 2001/29/CE à lei nº 49/2015, de 5 de junho. 33
DAVID COIMBRA DE PAULA
- Liberdade de Panorama: Um atentado “sem limites” ao Direito de Autor em Portugal 69
MURILLO COSTA SANCHES
- Algumas questões (controversas) e outras tantas sugestões a propósito do regime nacional dos direitos conexos 103
NUNO SOUSA E SILVA

PROPRIEDADE INDUSTRIAL

- O novo regime jurídico da marca da União Europeia 149
MARIA MIGUEL CARVALHO

DIREITO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

- El “Derecho al olvido”: de la STJCE de 13 de mayo de 2014 al Reglamento general de protección de datos (Reglamento UE 2016/679 del Parlamento europeo y del Consejo de 27 de abril de 2016) 175
FELISA MARIA CORVO LÓPEZ
- Bases de dados de bioinformática: A (im)possível protecção pelo Direito de Autor e pelo Direito ‘Sui Generis’ do fabricante 247
PEDRO REBELO TAVARES

II – LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA COMENTADAS

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de dezembro de 2016. 279

Bis in idem: em torno da competência dos tribunais arbitrais necessários para apreciar a questão da invalidade da patente com efeitos *inter partes* – Anotação ao acórdão do STJ, de 14 de Dezembro de 2016 (Proc. nº 1248/14.6YRLSB.S1) 305
JOÃO PAULO REMÉDIO MARQUES

A questão da competência do tribunal arbitral necessário para apreciar a invalidade da patente com eficácia *inter partes*. Anotação ao acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 14 de Dezembro de 2016. 363
LUÍS COUTO GONÇALVES